



UC/FPCE — 2017

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Lusofonia e emigração: estudo sobre preferências de emigração profissional, atitudes dos portugueses face à imigração e descrição de si próprio

Maria Isabel dos Santos (e-mail: mariaisabelsantos.1212@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia das Organizações do Trabalho e dos Recursos Humanos sob a orientação do Professor Doutor Joaquim Pires Valentim

Lusofonia e emigração: estudo sobre preferências de emigração profissional, atitudes dos portugueses face à imigração e descrição de si próprio

Resumo

A presente dissertação tem como principal objetivo analisar preferências de emigração profissional dos/as portugueses/as e de que forma explicam as atitudes face aos imigrantes, numa amostra de 169 trabalhadores/as portugueses/as da zona Centro e Norte do país, dos mais variados setores. Portugal é tradicionalmente um país de emigração, no entanto nas últimas décadas os fluxos migratórios sofreram alterações passando a ser também um país de acolhimento de imigrantes. Deste contexto surge a pertinência de explorar as atitudes dos portugueses face a cidadãos de diferentes culturas que pelas mais variadas razões, (i.e., guerras, instabilidade económica, fome entre outras) na esperança de encontrar paz e uma vida melhor. Os resultados revelaram tendências de emigração profissional para países não lusófonos, nomeadamente países europeus, de acordo com o relatório estatístico de 2015, são europeus, todos os destinos para onde se dirigem mais de dez mil portugueses por ano. As atitudes face aos imigrantes, são de uma certa abertura e acolhimento no entanto um acolhimento com algumas reservas relacionadas com a perceção de ameaça à segurança que contribui para a explicação das atitudes orientadas para a discriminação. Na descrição de si próprio, verificaram-se ideais de nacionalismo, patriotismo, tradicionalismo, sentimentos de orgulho em relação às suas raízes nacionais e história do seu país. Não se verificaram associações significativas entre as variáveis; preferências de emigração profissional, atitudes face à imigração e descrição de si próprio remetendo para a ideia de que são independentes.

Palavras-chave: luso-tropicalismo, lusofonia, emigração, imigração, atitudes.

Lusophony and emigration: a study about professional emigrants' preferences, Portuguese's attitudes toward emigration, and self description

Abstract

The present dissertation work aims at analysing Portuguese preferences for professional emigration, as well as explaining of how these preferences may influence attitudes toward emigrants, in a sample of 169 Portuguese workers of the centre and north regions of the country, across several professional sectors. Portugal is typically a country of emigration, but, in the last few decades, migratory flows suffered some changes, and so it became usual of Portugal to welcome immigrants as well. Taking into account this context, we consider the present study to be pertinent, since it aims at exploring the attitudes of Portuguese citizens toward individuals from other cultural backgrounds which, for several different reasons, were forced to leave their countries of origin,(i.e., wars, economic instability, hunger and others) hoping to find a better life

Results showed tendencies of professional emigration to non-lusophone countries, namely European countries, according to the statistical report of 2015, are European, all destinations to which emigrate more than ten thousand Portuguese per year. Regarding attitudes toward immigrants, participants revealed to be open and somehow welcoming, that is, with some reservations due to the perception that their security may be threatened by the presence of immigrants, which explains attitudes towards discrimination. In respect to how participants described themselves, the study revealed patriotic and traditional nationalistic ideals, namely pride in relation to one's roots, country, and country's history. The analysis of associations between variables (i.e., among preferences of professional emigration, attitudes toward immigration, and self-

descriptions) did not reveal significant correlations, which suggests that these variables may be independent.

Keywords: luso-tropicalism; lusophony; emigration; immigration; attitudes.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Professor Doutor Joaquim Pires Valentim pela orientação, apoio, disponibilidade e colaboração no solucionar de dúvidas que foram surgindo, especialmente pelas palavras de ânimo nos momentos de maior dificuldade.

Agradeço a todos os Professores que ao longo destes cinco anos contribuíram para o meu enriquecimento tanto a nível académico como a nível pessoal.

A toda a minha família, em especial ao meu filho, aos meus pais, à minha irmã e ao Guy, que tantas vezes me ouviram e motivaram nos momentos mais difíceis, que não foram poucos.

A todos os meus amigos, em especial aos que fizeram parte desta caminhada e que tantas e tantas vezes me ajudaram, motivaram e se mostraram disponíveis. Sem eles todo este percurso não teria sido possível

A todos a minha enorme gratidão!

Índice

Introdução	1
I – Enquadramento conceptual	3
1.1. Luso-tropicalismo	3
1.2. Luso-tropicalismo em Portugal	4
1.3. Luso-Tropicalismo e Lusofonia	6
1.4. Sistema Migratório Lusófono e Emigração em Portugal	8
1.5. Atitudes	9
1.6. Atitudes face à imigração	11
II – Objetivos	12
III – Metodologia	14
3.1. Desenho da investigação	14
3.2. Descrição da amostra	14
3.3. Instrumentos	14
3.4. Procedimentos	16
IV – Resultados	17
4.1. Estatísticas descritivas e análise fatorial das respostas relativas à preferência de emigração profissional.	17
4.2. Estatísticas descritivas e análise fatorial das respostas relativas à descrição de si próprio.	19
4.3. Estatísticas descritivas, médias, desvios padrão e frequências relativas às escalas “atitudes face à imigração”.	21
4.4. Associações entre variáveis.	22
V - Discussão	23
VI – Conclusões	25
Referencias.....	26

Introdução

Durante séculos Portugal foi um país de emigração, porém com a descolonização, a entrada na União Europeia e no espaço Schengen os fluxos migratórios sofreram alterações.

Segundo dados do relatório estatístico 2015 referentes a 2014, a emigração portuguesa apresentava maior expressão para países da União Europeia, nomeadamente Reino Unido, Suíça, França e Alemanha, no entanto e ainda que com menor expressão, também para Angola e Moçambique. Em 2014 Portugal era o país da União Europeia com maior número de emigrantes proporcionalmente à população. Sensivelmente a partir de 2009 com início da crise económica assistiu-se a uma acentuada saída de recursos humanos qualificados e não qualificados.

Atualmente Portugal é um país de emigração e simultaneamente de imigração, ainda que nos últimos anos a imigração tenha diminuído. Em 2007 os imigrantes estrangeiros com maior expressão em Portugal eram, brasileiros, angolanos, moçambicanos e de países de Leste, com vínculos laborais precários, nomeadamente nas áreas da construção civil, restauração, serviços domésticos, entre outros. Funções nem sempre de acordo com as suas qualificações. Com a inserção no mercado de trabalho de cidadãos de diferentes culturas, importa analisar atitudes face aos imigrantes.

Pretendemos assim com esta dissertação verificar preferências de emigração profissional, e a sua associação às atitudes face à imigração e à perceção de si próprio em termos nacionalistas.

A presente dissertação encontra-se dividida em seis partes que se organizam da seguinte forma: Enquadramento conceptual (I), onde é feita uma contextualização teórica dos principais temas e revisão de literatura considerada mais relevante. Seguem-se os Objetivos (II) gerais e específicos, a Metodologia (III) utilizada, onde são descritos os instrumentos utilizados e os procedimentos de investigação

adotados. Seguidamente a apresentação dos Resultados (IV) e respetiva Discussão (V). Por fim apresentam-se as principais Conclusões (VI) decorrentes da discussão dos resultados.

I – Enquadramento conceptual

1.1.Luso-tropicalismo

Gilberto Freyre, sociólogo e antropólogo brasileiro aparece como nome indissociável da doutrina luso-tropicalista. Com diversas obras publicadas é com a obra *Casa- grande & Senzala* em 1933 que as bases da doutrina luso-tropicalista começam a ser lançadas.

O luso-tropicalismo postula a ideia de uma “suposta aptidão especial dos portugueses para a miscigenação biológica e cultural com os povos dos trópicos que conduziria à criação de algo novo e específico” (Valentim, 2005, p. 67). Ou seja, desse envolvimento surgiriam “sociedades multirraciais harmoniosamente integradas, berço de uma civilização com características próprias” conforme Alexandre (1999, in Valentim, 2005, p.67).

O pensamento de Freyre surge nos anos 30 do século XX, em oposição às correntes dominantes da época, em que nos Estados Unidos, Alemanha e até no Brasil as tendências se caracterizavam pelo aumento do racismo, a mistura de raças não era bem vista, e estava por isso associada à ideia de “deterioração de um povo”, considerada por isso, como um “grave problema nacional” (Castelo, 1998, p.111). Segundo Alexandre (1999, p. 392) as ideias de Freyre vieram evidenciar e “reavaliar o papel do negro na constituição do caráter brasileiro”.

De acordo com Freyre (1933) os portugueses são possuidores de três características particulares, que os distinguiram e favoreceram no processo de colonização do Brasil: a mobilidade, a miscibilidade e a aclimatibilidade. Relativamente à mobilidade e miscibilidade, sendo os portugueses um povo pouco numeroso para uma iniciativa de tão grande dimensão e não obstante os fracos recursos humanos de que dispunham, conseguiram propagar-se pelo mundo (Ásia, África e América) em íntima convivência com os povos colonizados. Segundo Freyre (1933, p. 9) dos colonizadores modernos nenhum se igualou

aos portugueses: “Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contacto e multiplicando-se em filhos mestiços” que se conseguiram fixar tomando posse das terras, competindo com povos numerosos. Quanto à aclimatibilidade, ou seja a capacidade de adaptação ao clima tropical, a aproximação do clima em termos de temperaturas de Portugal às de África e Brasil, seria um facilitador no sentido de uma melhor adaptação, ao contrário dos nórdicos habituados a temperaturas próprias de climas frios (Freyre, 1933).

1.2. Luso-tropicalismo em Portugal

Com base nos historiadores (Alexandre, 1999; Castelo, 1998), a receção do luso-tropicalismo teve dois momentos significativos em termos de época: o primeiro, nos anos 30 e 40 do século XX, em que as ideias de Freyre não foram aceites de bom grado a nível político.

As concepções de miscigenação não se integravam no projeto de “renascimento do império” que se baseava em ideias raciais pouco sensíveis à apologia da mistura de raças (Alexandre, 1999; Castelo, 1998). Nas palavras de Alexandre (1999, p. 393) a miscigenação “soava como uma heresia” de tal forma que tanto para intelectuais como para políticos a ideologia de Freyre conheceu alguma contestação.

Em 1940 no Congresso do Mundo Português, Pires de Lima considera alguns povos entre os quais os negros, como “povos intrusos” no seio do povo português (Castelo, 1998, p. 114), Mendes Correia (1945, p. 19), em oposição ao mestiçamento, refere-a como sendo um processo imprevisível “o mestiçamento é uma lotaria germinal que tanto pode dar bons como maus resultados”. No entanto se por um lado o pensamento de Freyre relativamente à miscigenação não suscitou aceitação, por outro, há um aspeto que merece a aprovação dos colonialistas do regime “prende-se com a confirmação da capacidade especial dos portugueses para a colonização” (Castelo, 1998, pp. 86-87).

Relativamente ao segundo momento, anos 50 do século XX, mais propriamente no período pós Segunda Guerra Mundial, as posições vão-se alterar, devido ao “ descrédito científico dos paradigmas racistas e às modificações na política internacional relativamente à questão colonial” (Valentim, 2003, p.84). Conforme Alexandre (2000), tanto em Portugal como em vários países da Europa, começam a identificar-se pressões externas contra as políticas utilizadas relativamente às colónias, causando um certo desconforto.

Assim, a partir dos anos 50, as ideias luso-tropicalistas de Freyre parecem receber uma maior aceitação pelo Estado Novo. O regime Salazarista faz uma leitura “simplificada e nacionalista do luso-tropicalismo” no sentido de legitimar perante a comunidade internacional a presença de Portugal nas suas colónias “através da eliminação de formas arcaicas de exploração, e de discriminação, incentivando a integração multirracial” (Castelo, 2011, p. 71)

Conforme Castelo, (1998) as ideias de Freyre não foram adotadas nem administrativamente nem oficialmente. Tratando-se assim de uma manobra de “propaganda”, de uma “apropriação seletiva” (Valentim, 2003, p-84).

Paralelamente ao meio político, o luso-tropicalismo foi também acolhido no meio académico, do qual se destacam nomes como o de, Adriano Moreira na Ciência Política e Jorge Dias na Antropologia (Alexandre, 1999; Castelo, 1998). A Adriano Moreira se deve a introdução da doutrina luso-tropicalista no ensino superior (Castelo, 1998, p. 102), na antropologia, Jorge Dias através dos seus trabalhos marcou sobretudo pela abordagem culturalista destas questões (Almeida, 2000 in Valentim, 2003).

No entanto a conceção de Freyre não foi isenta de críticas, uma delas feita por Mário Pinto de Andrade sob o pseudónimo de Fele, que critica o facto de Freyre, perante diferentes realidades (nordeste brasileiro e colónias africanas) pretender generalizar, a par com o “desinteresse revelado pelos aspetos tanto políticos como económicos

do colonialismo”. Relativamente à mestiçagem, diz “não poder ser vista como um indício de convivência pacífica, fraterna e igualitária entre pessoas de ‘raças’ diferentes” e que “nos territórios tropicais sob soberania lusa nunca se verificou um casamento de duas culturas mas uma relação de cultura dominante sobre culturas dominadas”. Fele, (1955 in Castelo, 2011, p. 275). Outro crítico de Freyre foi Boxer (1963), que contesta as semelhanças atribuídas relativamente ao processo de colonização em África e no Brasil. Segundo Boxer (1963) e referindo-se a Freyre “Do que vimos espero que tenha ficado suficientemente claro que existia preconceito e tensão racial no Brasil colonial em grau muito maior que algumas autoridades admitem”, O processo de colonização portuguesa caracterizou-se pelo racismo e pela violência, e por essa razão um processo de integração isento de harmonia. No entanto, “cristãos e budistas” também se defrontaram em “guerras sanguinárias intermitentes”, “os portugueses não eram nem são exceção a esta regra” “os portugueses não eram anjos nem demónios” “eram seres humanos e agiam como tais” “a sua conduta variava muito de acordo com as circunstâncias e lugar” (Boxer, 1963, pp. 119-120).

Apesar do “descrédito científico” à mensagem dos ideais de Freyre e das “transformações político sociais decorrentes da independência das colónias e posteriormente do processo de integração europeia” o luso-tropicalismo sobreviveu (Valentim, 2005, pp. 67-68)

1.3. Luso-Tropicalismo e Lusofonia

Apesar de entre a lusofonia e o luso-tropicalismo não se verificarem incompatibilidades, a sua relação não deixa de ser complexa, não podendo ser vista à luz “de um simples sucedâneo ou versão atualizada e pós colonial do luso-tropicalismo” (Valentim, 2003, pp. 88- 90).

Para Alexandre (2000, p. 143) os ideais luso-tropicalistas

mantêm-se vivos devido à forte ligação a “algumas das ideias de fundo do nacionalismo português”, e segundo Valentim (2003, pp. 89-90), ideias baseadas nas particularidades atribuídas ao “modo de ser português” não são inconciliáveis “com as reformulações da identidade nacional em torno dos temas da vocação para a diáspora”. O autor diz ainda ser em torno da lusofonia que a riqueza de algumas das variantes do luso-tropicalismo se pode encontrar, ou seja, uma comunidade lusófona baseada na “fraternidade e afinidade entre povos ligados por uma história e por uma língua comum”.

A adesão de Portugal à Comunidade Europeia em 1986, teve subjacente o assumir de compromissos com o projeto europeu e é neste contexto que Portugal em 1996 irá ter um papel importante na construção da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Atualmente os Estados-membros que integram a CPLP são nove; Portugal as suas ex-colónias (Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste) e Guiné Equatorial. (CPLP)

A CPLP assume-se como “uma comunidade plural, enriquecida pela diversidade, unida em torno do fator linguístico comum, funcionando como fórum de encontro e de cruzamento das culturas da lusofonia” (Santos, 2005, p.74).

“a sua base valorativa matricial, os princípios orientadores e o núcleo duro da defesa dessas prioridades, interesses e objetivos, serão necessariamente consubstanciados através da projeção das identidades culturais integrantes da lusofonia, bem como dos seus elementos culturais comuns, sobre os quais se afirma no Mundo, a diversidade cultural dos povos de língua portuguesa” (Santos, 2004, p. 149).

Para Martins (2015, p. 9) no atual contexto de globalização a lusofonia deve ser entendida como um “movimento multicultural” de falantes de uma mesma língua, o português, ou seja uma “globalização multiculturalista” caracterizada “pela mistura, pela miscigenação de etnias, línguas, memórias e tradições” (Martins, 2011 in Martins, 2015,p.10), conferindo-lhe assim um caráter “heterogéneo

e a sedução de uma rede tecida de fios de muitas cores e texturas, uma rede capaz de resistir à redução do diverso a uma unidade artificial”.

1.4. Sistema Migratório Lusófono e Emigração em Portugal

O sistema migratório lusófono baseia-se em relações seculares que se foram fortalecendo ao longo do tempo, que inicialmente envolveram Portugal e o Brasil, implicando atualmente outros países de língua oficial portuguesa (países da CPLP). De acordo com Baganha (2009), o sistema migratório lusófono apresenta características e especificidades, resultantes das relações existentes entre os países que dele fazem parte. A autora refere ainda que o sistema lusófono constitui um sistema “bem estruturado, estável e consistente (...), que é mantido através de múltiplas trocas de fluxos de pessoas, bens, serviços, etc. e que é sustentado por redes densas informais e formais de contactos, relações e acordos” (Baganha, 2009, p. 10). No entanto embora Portugal integre o sistema lusófono, integra também o sistema europeu.

Em 2014 Portugal era o país da União Europeia com maior número de emigrantes proporcionalmente à população. “O número de emigrantes portugueses superou os dois milhões, o que significa que mais de 20% dos portugueses vive fora do país em que nasceu” Sendo que “dos 21 países de destino para onde se dirigem mais emigrantes portugueses, 14 são europeus. E entre os 10 mais, só dois se localizam noutra continente (Angola e Moçambique)”. “São europeus, todos os destinos para onde migraram mais de dez mil portugueses/ano nos últimos tempos (Reino Unido, Suíça, França e Alemanha)” (Pires, et al., 2015, pp. 21-50).

Ainda relativamente à emigração portuguesa, Ortiz e Padilla (2012) divide-a em fases: a) a “transatlântica”, até finais da Segunda Guerra Mundial (com maior expressão para o Brasil); b) “primeira vaga intra-europeia” a partir da década de 1960 até 1974, (com maior expressão para França e Alemanha); c) “segunda vaga europeia após a

adesão de Portugal à União Europeia, (destinos não tradicionais e com novas modalidades, especialmente para a Suíça, Espanha e Andorra, com contratos temporários e precariedade nas condições de trabalho); d) globalização e anti-crise (recentes migrações de trabalhadores qualificados e expatriados, para o Brasil, ex-colónias, e outros destinos).” Ortiz e Padilla (2012, pp. 161-162)

Com o início da crise económica em Portugal sensivelmente a partir de 2009, os fluxos migratórios sofreram alterações. Tendo-se verificado um decréscimo da imigração, no entanto a emigração registou um aumento, assistindo-se a uma acentuada saída de recursos humanos qualificados e não qualificados (Ortiz & Padilla,2012).

1.5. Atitudes

As atitudes têm sido objeto de estudo por parte da psicologia social, não existindo uma única definição que as possa conceptualizar. Allport (1935, *cit. in* Lima, 2006, p.188) considera que as atitudes se podem definir como “um estado de preparação mental ou neural, organizado através da experiência e exercendo uma influência dinâmica sobre as respostas individuais a todos os objetos e situações com que se relaciona”. Rosenberg e Hovland (1960, p. 3) afirmam que atitudes são predisposições para responder a determinadas classes de estímulos com determinadas classes de respostas. Fishbein (1967, p. 257) define atitudes como sendo “predisposições aprendidas para responder a um objeto ou classe de objetos de uma maneira favorável ou desfavorável” Ajzen e Fishbein (2000) definem o construto atitude como sendo a predisposição adquirida para agir, pensar ou sentir perante determinado objeto, pessoa, situação, grupo social. Das diferentes definições podemos reter conceitos comuns em relação às atitudes: a) são predisposições adquiridas; b) têm uma dimensão avaliativa; c) influenciam o comportamento humano. As atitudes influenciam o comportamento, mas não o determinam. Trata-se de variáveis de tipo disposicional.

Rosemberg e Hovland, (1960), estão na base dos trabalhos efetuados posteriormente por Triandis (1971) que sistematiza uma visão multidimensional das atitudes com três componentes: a) cognitivo, que são crenças associadas ao objeto social baseadas em representações cognitivas desse mesmo objeto (informação disponível do objeto); b) afetivo, que são sentimentos e emoções positivas ou negativas em relação ao objeto social; e c) comportamental, que são comportamentos e intensões comportamentais ou seja conjunto de respostas face ao objeto, coerentes com cognições e afetos relativos ao objeto (Triandis, 1971).

Têm sido descritas quatro vias para explicar as funções das atitudes. Funções motivacionais descritas por Katz (1960) e Herek (1986). a função das atitudes é a de satisfazer necessidades psicológicas do indivíduo, sistematizadas em duas categorias: funções instrumentais e funções simbólicas. As primeiras prendem-se com uma avaliação de custos e benefícios da atitude, optando o indivíduo pela atitude que lhe permita obter o melhor ajustamento social, maximizando as recompensas sociais e minimizando as punições. As funções expressivas, as atitudes enquanto forma de transmitir os valores ou a identidade do sujeito, permitindo-lhe proteger-se contra conflitos internos ou externos e preservar a sua imagem.

Funções cognitivas das quais se destacam a teoria do equilíbrio de Heider (1958) e o princípio de redução da dissonância cognitiva de Festinger (1957). No sentido de reduzir dissonâncias cognitivas perante determinantes psicossociais, os indivíduos procuram ter atitudes congruentes com as suas crenças e valores (Schwartz, 2011).

Funções de orientação para a ação (Wiegel e Newman, 1976; Fishbein e Ajzen, 1975; Eagly e Chaiken, 1993). Fishbein e Ajzen (1975) preconizam que todo o comportamento é uma escolha, uma opção ponderada entre várias alternativas. O melhor preditor é então a intenção comportamental, sendo que a atitude é um dos fatores que influencia a decisão.

E funções sociais, Tajefel e Turner (1979) introduzem a definição de identidade social, como sendo a parte do autoconceito (crenças e cognições) importante na construção de identidades grupais e na integração dos indivíduos em determinado grupo ou categoria social. A identidade social é, parte do autoconceito do individuo, construído a partir da percepção de pertença a grupos sociais, (Gondim, 2013) sendo a categorização social facilitadora da identificação do individuo como elemento de grupos sociais ao perceber características compartilhadas (Smith e Mackie, 1977 in Gondim, 2013, p. 152)

1.6. Atitudes face à imigração

Nas últimas décadas do século XX os fluxos migratórios em Portugal sofreram alterações, tendo-se verificado um aumento da imigração, sobretudo da comunidade africana, europeia e brasileira. O final da década de 90 ficou marcado sobretudo pela entrada de cidadãos da Europa de Leste e Asiáticos (Pires, 2003). De acordo com (Fonseca, 2008, p.55). “a aceleração do crescimento da imigração para Portugal, nos últimos dez anos, foi acompanhada pela tendência para o aumento da diversidade étnica e geográfica dos imigrantes”

Neste contexto de diversidade, vários estudos têm sido realizados no sentido de uma melhor compreensão das atitudes face aos imigrantes, apontando para a existência de vários fatores legitimadores da discriminação, fatores económicos, culturais entre outros. Pereira e Vala (2010, p.9) referem que “um dos fatores mais importantes usados como mitos legitimadores da discriminação em contexto migratório é a percepção de que os imigrantes representam uma ameaça económica e uma ameaça à segurança” são também percebidos como sendo “uma ameaça à matriz cultural das sociedades de acolhimento”.

Os fatores económicos legitimadores das atitudes orientadas para a discriminação, devem-se ao facto de os imigrantes serem percebidos como uma ameaça aos postos de trabalho, que em

períodos de crise como a que atravessamos na atualidade se acentua. A percepção de ameaça intensifica-se sobretudo em indivíduos que ocupam postos de trabalho menos qualificados, tal como os que ocupam a maioria dos imigrantes, propiciando alguma competição no mercado de trabalho (Murray e Marx, 2013).

Gondim et. al (2015) concluíram com base num estudo sobre a percepção de concorrência no mercado de trabalho brasileiro, que a percepção de concorrência de estrangeiros no mercado de trabalho, as emoções intergrupais e a percepção de ameaça geral contribuem para a explicação da percepção de discriminação.

O exogrupo (minorias) é percecionado como sendo exageradamente diferente culturalmente, tido como uma ameaça aos valores e costumes do endogrupo (grupo social dominante) (Pettigrew e Meertens, 1995). Assim, o desconhecimento da cultura de alguns grupos minoritários pode ativar crenças (negativas) pré existentes, legitimadoras de atitudes orientadas para a discriminação.

De acordo com Vala, Pereira e Ramos (2006) os imigrantes são frequentemente percecionados como uma ameaça ao bem-estar económico e à segurança, e raramente vistos como uma mais-valia, para as sociedades que os acolhem, e que em Portugal mais que em alguns países da União Europeia a oposição à imigração é maior, tendo-se verificado maior oposição do que abertura à imigração.

II – Objetivos

A presente dissertação aborda o luso-tropicalismo como doutrina que, postula a especial capacidade dos portugueses de se adaptarem aos trópicos. Para Valentim (2003) é em redor da lusofonia que a riqueza de algumas variantes do luso-tropicalismo se podem encontrar. A comunidade lusófona, Comunidade de países de Língua Oficial Portuguesa, surgiu como uma comunidade baseada em relações de fraternidade e afinidade com povos que partilham em

comum a mesma história e língua. Relações seculares baseadas na expansão portuguesa e que se foram fortalecendo ao longo do tempo através de trocas múltiplas de fluxos de bens, pessoas e serviços (Baganha, 2009). Neste sentido Portugal foi, e continua a ser um país de emigração, no entanto nas últimas décadas surge também como país de acolhimento de imigrantes. O objetivo geral deste estudo foi analisar quais os principais destinos de emigração profissional, associados às atitudes face a imigrantes e descrição de si próprio, relativamente aos ideais Nacionalistas. Tendo em conta a escassez de estudos realizados sobre os temas abordados, é por esse motivo um estudo exploratório que poderá servir como ponto de partida a futuras investigações, assim como para o aperfeiçoamento dos instrumentos utilizados.

Assim, os objetivos específicos deste estudo incluem:

- i. Analisar até que ponto as preferências de emigração profissional dos portugueses, se direcionam ou não para países lusófonos.
- ii. Perceber e analisar as atitudes dos portugueses face aos imigrantes, tanto em termos de percentagem de emigrantes admitida como aceitável, como das medidas a tomar pelo governo, ou seja, perceber se no sentido do acolhimento ou da rejeição.
- iii. Perceber e analisar até que ponto na descrição de si próprio, os portugueses revelem ou não ideais de nacionalismo
- iv. Relacionar e analisar preferências de emigração profissional, com atitudes face à imigração e descrição de si próprio.

III – Metodologia

3.1. Desenho da investigação

O desenho metodológico utilizado neste estudo consiste num plano não experimental, descritivo e exploratório. Não-experimental na medida em que se pretende conhecer e avaliar a relação existente entre as variáveis, não sendo possível manipular as variáveis independentes ou neutralizar as diferenças individuais dos sujeitos inquiridos (Alferes, 1997). O carácter descritivo deve-se ao facto de explorar as frequências e médias dos dados obtidos. Exploratório, devido à escassez de estudos prévios que dificultou a formulação de hipóteses precisas.

3.2. Descrição da amostra

A amostra foi recolhida em diferentes empresas da zona centro e norte de Portugal. Aceitaram participar neste estudo 169 trabalhadores/as, com idades compreendidas entre os 19 e os 73 anos ($M=41.00$; $DP=12.90$), sendo 76.30% mulheres e 23.70% homens. Todos/as os/as inquiridos/as são de nacionalidade portuguesa.

3.3. Instrumentos

Para a realização deste estudo recorreu-se a um questionário autoadministrado. O questionário utilizado apresenta-se dividido em várias secções, para o presente estudo foram utilizadas as seguintes:

- Escala de preferências de emigração profissional

Esta escala resulta da adaptação da escala criada por Valentim (2003) inicialmente composta por 21 itens referentes a povos. A escala alterada mantém os 21 itens que aqui se referem a países, e substitui povos (cf. Valentim (2003) (ex: Marroquinos, Argelinos e Portugueses), por países (cf. Valentim (2016) (ex: Noruega, Polónia e Canadá), lista completa dos itens (cf. Quadro 1). Para o efeito foi utilizada a escala de 21 povos criada por Valentim (2003), e adaptada posteriormente para 21 países por Valentim (2016). No entanto, ao

recolhermos informação sobre emigração pareceu-nos pertinente utilizar informação do observatório da emigração, mais concretamente o último relatório estatístico de emigração portuguesa, (Pires, et al., 2015) e verificamos que os 21 países que serviram de referência á análise de Pires (2015), diferiam ligeiramente dos de Valentim (2016), contudo entendemos não ser muito relevante uma vez que ambos se referem a países lusófonos e não lusófonos, e também pelo facto de a recolha de informação estar já concluída.

Foi solicitado aos/as inquiridos/as que indicassem numa escala de Likert de sete pontos, o grau de preferência de cada país caso tivessem que imigrar por motivos profissionais, onde 1 correspondia a *nada* e 7 a *muito*.

- Descrição de si próprio

Esta escala é composta por oito itens, (cf. Quadro 2). Foi pedido aos/as inquiridos/as que indicassem numa escala de Likert de sete pontos, até que ponto cada uma das características se aplica a si próprio, sendo que 1 correspondia a *nunca* se aplica e 7 a *aplica-se muito frequentemente*.

- Medidas das atitudes face à imigração

- Escala composta por seis itens, sobre a posição a adotar pelo governo a longo prazo a respeito da presença de imigrantes em Portugal? E se o governo deveria enviar para o seu país de origem: Todos os imigrantes, mesmo os que nasceram em Portugal; Apenas os imigrantes que não nasceram em Portugal; Somente os imigrantes que não contribuem para o crescimento económico de Portugal; Apenas os imigrantes que não estão legalizados; Apenas os imigrantes que cometeram crimes ou delitos graves; O governo não deveria mandar embora nenhum dos imigrantes que vivem atualmente em Portugal. Foi solicitado aos/as inquiridos/as que indicassem apenas uma das opções.

- Percentagem de imigrantes considerada como aceitável em Portugal na atualidade, sendo que a percentagem de imigrantes na

atualidade é de cerca de 4%. Foi pedido aos/as inquiridos/as como gostariam que fosse essa percentagem, e que assinalassem apenas uma das opções numa escala percentual que variava entre, 0% e 20+%.

3.4. Procedimentos

As análises estatísticas dos dados foram realizadas com recurso ao programa informático SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 22 de 2013.

Inicialmente efetuou-se o teste de esfericidade de Barlett, e a medida de adequação da amostra de KMO (Kaiser-Meyer-Olkin), de forma a testar a viabilidade das análises fatoriais na escala de preferências de emigração e na escala descrição de si próprio. Procedeu-se de seguida às análises fatoriais exploratórias em componentes principais de forma a transformar o conjunto de variáveis correlacionadas, num conjunto mais reduzido de variáveis independentes, reduzindo assim o número de variáveis (Maroco, 2003). De seguida, em ambos os casos, procedeu-se a uma rotação *Varimax* ortogonal, método utilizado no sentido de reduzir o número de variáveis que apresentam elevados valores em cada fator (Hair et al, 2006), facilitando assim a interpretação dos fatores obtidos. Foram também analisadas estatísticas descritivas, mais concretamente médias.

Relativamente às medidas das atitudes face à imigração, em ambos os casos, procedeu-se às análises estáticas descritivas, no sentido de se obter, médias, desvios padrão e frequências.

No final foram realizadas associações entre os resultados da escala de preferências de emigração profissional, das atitudes face à imigração e da perceção de si próprio, calculadas através do coeficiente de correlação linear de Pearson.

IV – Resultados

Para a extração de fatores, à escala de preferências de emigração profissional e escala perceção de si próprio, utilizou-se o método de componentes principais e aceitaram-se como interpretáveis os fatores com uma raiz superior a 1, por essa razão e para manter a variância explicada procedeu-se a uma rotação *Varimax* ortogonal. Foi forçada uma solução a dois fatores e retiveram-se as saturações acima de .40 de forma a facilitar a interpretação.

4.1. Estatísticas descritivas e análise fatorial das respostas relativas à preferência de emigração profissional.

Previamente foi verificada a viabilidade da realização da análise em componentes principais através dos testes de KMO e Barlett. Obteve-se o valor de 0.85, que corresponde a um bom valor segundo Kaiser (1994), e o teste de esfericidade de Barlett revelou-se significativo ($\chi^2(21) = 1860.89$), $p = .000$

Os resultados da análise fatorial em componentes principais da escala de preferência de emigração profissional encontram-se descritos no Quadro 1, onde podem observar-se os valores da média e desvios padrão e ainda as saturações fatoriais de cada item nos dois fatores extraídos.

Quadro 1. Análise fatorial em componentes principais com rotação *Varimax* ortogonal da escala de preferência de emigração profissional, médias e desvios padrão dos itens

Itens		Fatores		
Países	<i>M</i>	<i>DP</i>	F1	F2
Dinamarca	3.70	2.18	.835	.123
Holanda	3.63	1.98	.808	.245
Noruega	3.54	2.18	.790	.110
Canadá	3.86	2.13	.759	.230
Bélgica	3.53	1.87	.747	.125
Suíça	4.29	2.04	.713	.072
Alemanha	3.53	2.01	.713	-.094
Polónia	2.60	1.61	.712	.152
Inglaterra	4.22	1.93	.684	.122
Grécia	2.60	1.58	.542	.343
França	3.61	1.81	.526	-.073
E.U.A	3.93	2.07	.525	.269
Itália	3.80	1.79	.490	.458
Espanha	3.62	1.88	.444	.365
Cabo Verde	2.52	1.66	.042	.822
Moçambique	2.56	1.82	.031	.808
Angola	2.26	1.62	.035	.783
São Tomé e Príncipe	2.44	1.69	.086	.779
Guiné Bissau	1.74	1.20	.048	.662
Timor Leste	1.87	1.31	.250	.656
Brasil	3.40	2.06	.293	.520
Valores Próprios			7.758	3.219
% da variância explicada			36.941	15.326

A análise fatorial das respostas permitiu-nos extrair dois fatores que explicam 52.27% da variância total (cf. Quadro 1).

Relativamente ao item Itália, que apresentou saturação nos dois fatores, foi integrada apenas no fator 1.

Extraídos os 2 fatores desta escala, seguiu-se a análise da consistência interna de cada fator. Verificou-se ser bastante consistente, sendo que o fator 1 apresentava um alfa de Cronbach de.916 e o fator 2, um alfa de Cronbach de.851.

O fator 1, agrupa os países não lusófonos pelo que passámos a designa-lo por *não lusófono*. O fator 2 agrupa países *lusófonos* pelo que o designámos como *lusófono* (cf. Valentim, 2003).

Verificou-se que o fator *não lusófono* apresentava uma média mais elevada ($M=3.60$; $DP=1.34$) que o fator *lusófono* ($M=2.40$; $DP=1.95$).

De acordo com as estatísticas descritivas relativas aos itens, verificaram-se médias mais elevadas relativas à Inglaterra e Suíça. Os países menos preferidos pelos/as inquiridos/as são a Guiné-Bissau e Timor Leste.

Quanto à variabilidade das respostas em torno da média, os valores de desvio padrão mostram-nos que a maior dispersão de respostas é relativa a países da Europa do Norte: Noruega e Dinamarca. A variabilidade foi menor nas respostas à, Guiné Bissau e a Timor Leste.

4.2. Estatísticas descritivas e análise fatorial das respostas relativas à descrição de si próprio.

Previamente foi verificada a viabilidade da realização da análise em componentes principais através dos testes de KMO e Barlett. Obteve-se o valor de 0.81, que corresponde a bom valor segundo Kaiser (1994), o teste de esfericidade de Barlett revelou-se significativo ($\chi^2 (28) = 541.39$), $p=.000$

Os resultados da análise fatorial em componentes principais da escala descrição de si próprio encontram-se descritos no Quadro 2, onde podem observar-se os valores da média e desvios padrão e ainda as saturações fatoriais de cada item nos dois fatores extraídos.

Quadro 2. Análise fatorial em componentes principais com rotação Varimax ortogonal da escala descrição de si próprio, médias e desvio padrão dos itens

Itens		Fatores		
Descrição de si próprio	<i>M</i>	<i>DP</i>	F1	F2
Orgulhoso das suas raízes nacionais	5.66	1.43	.862	.183
Orgulhoso da história do seu país	5.72	1.41	.858	.197
Nacionalista	5.19	1.54	.848	.092
Tradicionalista	4.69	1.67	.783	.013
Patriota	5.30	1.45	.596	.413
Africanista	3.30	1.67	-.024	.749
Europeísta	4.60	1.52	.147	.733
Moderno	5.30	1.33	.389	.480
Valores Próprios			3.746	1.174
% da variância explicada			46.827	14.677

A análise fatorial das respostas à questão anteriormente analisada permitiu-nos extrair dois fatores que explicam 61.50% da variância total (cf. Quadro 2). Quanto ao item Patriota que apresentava saturação nos dois fatores, passou a ser considerado apenas no fator1.

Extraídos os 2 fatores desta escala, seguiu-se a análise da consistência interna de cada fator. Verificou-se ser bastante satisfatório no fator 1, com uma consistência interna igual a .871. No entanto relativamente ao fator 2, observou-se um valor igual a .461, o que revela uma consistência interna baixa, que impossibilita a interpretação desta fator isoladamente.

O fator1, pela adesão ao nacionalismo passámos a designá-lo por *nacionalismo tradicional*. O fator 2, designámo-lo por *nacionalismo não tradicional*.

Verificou-se que o fator *nacionalismo tradicional* apresentava uma média mais elevada ($M=5.31$; $DP=1.22$) que o fator *nacionalismo não tradicional* ($M=4,40$; $DP=1.05$).

Como se pode verificar no Quadro 2, os/as inquiridos/as

tenderam a concordar mais com sentimentos relativos ao próprio país, verificando-se médias mais elevadas nos itens; orgulhoso da história do seu país e orgulhoso das suas raízes nacionais. Com médias mais baixas os itens: europeísta e africanista. Os valores do desvio padrão mostram-nos que a menor dispersão de respostas se situa no item “moderno”, e as maiores dispersões são relativas aos itens “africanista” e “tradicionalista”.

4.3. Estatísticas descritivas, médias, desvios padrão e frequências relativas às escalas “atitudes face à imigração”.

Relativamente às repostas à questão sobre a percentagem se imigrantes que os/as inquiridos/as admitiriam como aceitável em Portugal na atualidade, verificou-se que o valor médio ($M=6.20; DP=4.48$), se situou acima da média da percentagem atual de imigrantes em Portugal, que é de 4%.

Os resultados às frequências de respostas, revelaram que ($n=43; 25.40\%$) considerou que a percentagem deveria manter-se nos 4%. No entanto, grande parte dos inquiridos ($n=77; 45.80\%$) considerou mesmo que as percentagens deveriam situar-se, entre os 5% e os 20%. Verificou-se também que ($n=41; 24,30\%$) consideraram percentagens entre 3% e 0%.

Quanto às respostas à questão sobre a posição a adotar pelo governo relativamente aos imigrantes os/as inquiridos/as, verificou-se que o valor médio se situou ($M=4.52; DP=1.00$).

Relativamente à frequência de respostas, os resultados demonstraram que a maior parte dos inquiridos/as ($n=73; 43.20\%$) considerou que o governo deveria enviar para o seu país de origem “Apenas os imigrantes que cometeram crimes ou delitos graves”. Segue-se 21.90% da amostra ($n=37$) que considerou que o governo deveria enviar para o seu país de origem “Apenas os imigrantes que não estão legalizados”. Depois 17.20% da amostra ($n=29$) considerou que o governo deveria enviar para o seu país de origem “Somente os

imigrantes que não contribuem para o crescimento económico do país”. De seguida 13.60% da amostra ($n=23$) considerou que “O governo não deveria mandar embora nenhum dos imigrantes que vivem atualmente em Portugal”.

Por fim, em relação aos itens “Todos os imigrantes, mesmo os que nasceram em Portugal” e “Apenas os imigrantes que não nasceram em Portugal” em cada um deles ($n=1$;60%).

4.4. Associações entre variáveis.

No Quadro 3, são apresentados os valores das correlações (coeficiente de Pearson) entre os fatores encontrados da escala, preferências de emigração profissional, *não lusófono* e *lusófono*, da escala descrição de si próprio, *nacionalismo tradicional* e *nacionalismo não tradicional* e as duas medidas de atitudes face à imigração.

Quadro 3. Correlações dos fatores, atitudes face à imigração. Coeficiente de correlação de Pearson entre variáveis.

	Preferências de emigração profissional	
	Países não Lusófonos	Países Lusófonos
Nacionalismo		
Tradicional	-.119	-.157
Não Tradicional	.020	.011
Atitude face à imigração		
% de imigrantes	.057	.122
Posição do governo	-.003	.011

Como pode observar-se no Quadro 3, não foram encontradas associações estatisticamente significativas.

V - Discussão

Emigração profissional

Relativamente às preferências dos inquiridos/as, no que respeita à escolha de países para emigração profissional, verificou-se que a tendência de emigração é *não lusófona*. Os resultados obtidos confirmam os dados do relatório estatístico de emigração de 2015, onde se pode verificar que a emigração portuguesa apresenta maior expressão na Europa (Pires *et. al* 2015), destacando-se a Alemanha e Suíça.

Quanto aos *países lusófonos*, verificou-se não serem destinos preferências, no entanto o Brasil apareceu destacado ao apresentar uma média ($M=3.40; DP=2.06$) superior aos restantes países

Explorar os motivos que levam os portugueses a optar por determinados países em detrimento de outros, podem constituir um bom ponto de partida para futuras explorações.

Descrição de si próprio.

No que se refere à descrição de si próprio quanto a sentimentos de nacionalismo, os/as inquiridos/as revelaram ter orgulho das suas raízes nacionais, da história do seu país e admitiram ser patriotas e nacionalistas no entanto, menos tradicionalistas ($M=4.69; DP=1.45$).

Atitudes face aos imigrantes

Percentagem de imigrantes admitida como aceitável em Portugal. Os resultados revelaram que a maioria dos/as inquiridos/as mostraram-se recetivos à aceitação de um maior número imigrantes indicando percentagens acima dos 4%. No entanto surpreendeu-nos o facto de se ter verificado, ainda que com reduzida expressão, manifestações de intolerância total.

Quanto às respostas à questão sobre posição a adotar pelo governo relativamente aos emigrantes. Verificou-se que a maioria

($n=139;82.30\%$) demonstrou acolhimento, no entanto com reservas apontadas a questões relacionadas com o não contributo para o crescimento económico e questões ligadas à legalidade e segurança. De salientar que do total da amostra ($n=164;97.00\%$), 43,20% apontaram reservas por questões ligadas à segurança (“apenas os imigrantes que cometeram crimes e delitos graves”).

Não foram encontradas associações significativas entre as variáveis destinos de emigração profissional, atitudes face à imigração descrição de si próprio.

VI – Conclusões

Verificou-se que as preferências de emigração dos/as portugueses/as por motivos profissionais eram predominantemente para países europeus, o que não nos surpreendeu, uma vez que corroboram com os resultados do relatório estatístico de 2015 sobre a emigração portuguesa.

Quanto às atitudes face aos imigrantes, os resultados apontam para uma certa abertura e acolhimento no entanto de salientara percepção de ameaça à segurança, o que revela uma atitude discriminatória, o que não nos surpreendeu, uma vez que os resultados corroboraram os estudos de Vala (2010).

Verificamos também que ao descreverem-se a si próprios, demonstraram um sentimento de *nacionalismo tradicional*, no sentido do “nós” e do que é “nosso”.

Como referimos um dos objetivos foi saber até que ponto as preferências de emigração profissional se associavam às atitudes face aos imigrantes e à descrição de si próprio. Verificamos não existirem associações significativas, remetendo para a ideia de que são independentes.

Por fim salientamos que este estudo de carácter meramente exploratório, deixa em aberto algumas questões que podem servir de base a futuras investigações

Referencias

- Ajzen, I.;Fishbein, M. (2000). *Attitudes and the attitude-behavior relation: Reasoned and automatic processes. European Review of Social Psychology*, 11, (1–33). New York: John Wiley & Sons.
- Alexandre, V. (1999). Luso-tropicalismo. In A. Barreto e M. F. Mónica (Coords.), *Dicionário de História de Portugal: Vol. 8* (pp. 391-394). Lisboa: Figueirinhas.
- Alexandre, V. (2000). O Império e a Ideia de Raça (Séculos XIX e XX). In J. Vala (Coord.), *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas* (pp. 133-144). Oeiras: Celta.
- Alferes, V. R. (1997). *Investigação Científica em Psicologia: Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina.
- Baganha, M. (2009). The Lusophone Migratory System: Patterns and Trends. *International Migration*, 47(3), 5-20.
- Boxer, C. (1963). *Racial relations in the Portuguese Colonial Empire*. Londres: Oxford University Press.
- Castelo, C. (1998). "O Modo Português de Estar no Mundo". *O Luso-tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento
- Castelo, C. (2011). *Uma incursão no luso-tropicalismo de Gilberto Freyre. Blogue de História Lusófona*, (pp. 71-280).
- Correia, A. M. (1945). Política da População das Colónias (Conferência na Sessão Inaugural da «Semana das Colónias» em 23 de Abril de 1945). Lisboa: s.e.
- CPLP – Comunidade dos Países de Língua (2016). Website oficial, <http://www.clp.org/> consultado em 27 de Outubro de 2016
- Festinger, L. (1957). *A theory of cognitive dissonance*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Fishbein, M. (1967). *A consideration of beliefs, and their role in attitude measurement*. In M. Fishbein (Ed.), *Readings in attitude theory and measurement*. New York: John Wiley & Sons.(p.p 257-260)
- Fishbein, M., e Ajzen, I. (1975). *Belief Attitude, Intention, and Behavior: an Introduction to Theory and Research*, Reading, MA, Addison-Wesley
- Lusofonia e emigração: estudo sobre preferências de emigração profissional, atitudes dos portugueses face à imigração e descrição de si próprio
 Maria Isabel dos Santos (mariaisabelsantos.1212@gmail.com) 2017

- Freyre, G. (1933). *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*, Lisboa, Livros do Brasil.
- Fonseca, M. L. (2008). Imigração, diversidade e novas paisagens étnicas e culturais. In M. Lages, & A. T. Matos (coord.). *Portugal: percursos de interculturalidade Vol II Contextos e dinâmicas* (pp. 49-96). Lisboa: ACIDI.
- Gondim, S. M. G., Techio, E. M., Paranhos, J., Moreira, T., Brantes, C., Sobrinho, J. B., & Santana, V. (2013). Imigração e trabalho: Um estudo sobre a identidade social, emoções e discriminação contra estrangeiros. *Psicologia em pesquisa*, 7(2), 151-163. DOI:
- Hair, J. F. et al. (2006) *Multivariate Data Analysis with Readings*, 6^a ed., Prentice Hall, Englewood Cliffs.
- Heider, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. New York: Wiley & Sons.
- Herek, G. M. (1986). The instrumentality of attitudes: Toward a neofunctional theory. *Journal of Social Issues*, 42, 99–114.
- Katz, D. (1960). The functional approach to the study of attitudes. *Public Opinion Quarterly*, 24, 163–204
- Lima, L. P. (2006). Atitudes: Estrutura e mudança. In: J. Vala e M. B. Monteiro. (Eds.). *Psicologia Social*. 7^a Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Maroco, J. (2003) *Análise Estatística. Com Utilização do SPSS*, Lisboa: Sílabo.
- Martins, M. L. (2015). Lusofonias – reinvenção de comunidades e combate linguístico cultural. in *Lusofonia e Interculturalidade: promessa e travessia*. Braga e V.N.Famalicão: CECS/UMinho e Ed. Húmus. (pp. 7-23)
- Murray, K. E., e Marx, D. M. (2013). Attitudes toward unauthorized immigrants, authorized immigrants, and refugees. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 19, 332-341.
- Ortiz, A.;Padilla, B. (2012). Fluxos migratórios em Portugal: do boom migratório à desaceleração no contexto de crise. Balanços e desafios. In: Rev. Inter. Mob. Hum., Brasília, Ano XX, Nº 39, (pp. 159-184)

- Pereira, C. R.;Vala, J..(2010). "Do preconceito à discriminação justificada [From prejudice to justified discrimination]", *In-Mind_Português* 1, 1: 1 - 13.
- Pettigrew, T. F; & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-75.
- Pires, R. P. (2003). *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Oeiras: Celta Editora.
- Pires, R. P. et al. (2015), *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2015*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL. DOI:10.15847/CIESOEMRE022015
- Rosenberg, M., & Hovland, C. (1960). Cognitive, affective, and behavioral components of attitude. In M. Rosenberg, C. Hovland, W. McGuire, R. Abelson & J. Brehm (Eds.), *Attitude organization and change: An analysis of consistency among attitude components*
- Santos, V. M. (2004). "Lusofonia e Proj ecção Estratégica. Portugal e a CPLP", in *Nação e Defesa*, nº 109, 2.a série, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, (pp.123-151)
- Schwartz, S. H. (2011) *Studying Values: Personal Adventure, Future Directions*. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, v. 42, n. 2.(p. 307-319).
- Tajfel, H., & Turner, J. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin, & S.Worchel (Eds.), *The Social Psychology of Intergroup Relations* (pp. 33-47). Monterey, CA: Brooks-Cole.
- Triandis,. H. C. (1971)- *Attitude and attitude change*. New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Vala, J., Pereira, C., e Ramos, A. (2006). Racial prejudice, threat perception and opposition to immigration: A comparative analysis. *Portuguese Journal of Social Science*, 5 (2), 119- 140
- Valentim, J. P. (2003). *Identidade e lusofonia nas representações sociais de portugueses e de africanos*. Tese de doutoramento em Psicologia: Universidade de Coimbra.
- Valentim, J. P. (2005). *Sobre Gilberto Freyre e a "adversidade ao mestiçamento"*. *IberPsicologia, Anales de la Revista de Psicologia General y Aplicada*, 10 (5)

Weigel, R. H.& Newman, L. S. (1976). Increasing attitude-behavior correspondence by broadening the scope of the behavioral measure. *Journal of Personality and Social Psychology*, 33(6), 793–802.